

# Sobre cigarras e formigas

**Marcelo Neri**

---

As análises macroeconômicas são agregadas, na própria definição do campo de estudo da disciplina fundada por Keynes, em meio à grande depressão dos anos 1930. Isto é, olha-se para o conjunto de pessoas numa dada sociedade, não importando a respectiva região de moradia, estrato econômico, composição de fontes de renda, ou outros atributos individuais (sexo, idade, etc.). Tudo se passa como se tratássemos de um agente representativo hermafrodito (meio homem, meio mulher), de meia-idade, de classe média possivelmente de Minas Gerais (como dizem os cientistas políticos, uma boa média da diversidade populacional brasileira), etc.

Em várias situações, a ficção macroeconômica se mostra adequada para não nos perdemos nos detalhes desnecessários, mas em outras o diabo mora justamente nos detalhes omitidos. Em particular, num país de dimensões continentais e desigualdade amazônica que se torna internacionalmente conhecido pela proliferação de novas e velhas

políticas de rendas como o Brasil, a análise agregada esconde mais do que revela.

A injeção de demanda é o ponto-chave na pós-crise, mas estamos olhando a economia de maneira muito agregada. Na medida em que cada lado da fronteira de nossa “Belíndia” tem propensões diferenciadas ao gasto, há implicações macroeconômicas dependendo do “quem é quem” nos avanços e retrocessos observados. Sem enxergar os detalhes dos grupos que emergem e dos que afundam, seja na descoberta de nichos de mercado, desenho de redes de proteção social aos pobres e/ou aos perdedores. Do ponto de vista das empresas produtoras, não se trata só de saber o que gera nova demanda, mas onde a oferta encontra (ou desencontra) esta demanda. A análise simples do tipo Lego de remontar os pedaços das rendas dos diversos tipos brasileiros pode ajudar a descobrir os porquês das mudanças. Em particular, no período de expansão do bolso dos brasileiros em vigor até setembro de 2008, há ainda falta de visão clara sobre pelo menos três pontos.

## **Nova classe**

O primeiro ponto parte da indagação quem mudou? As mudanças no interior da economia quem perde e quem ganha em termos de estrato de renda (E, D, C e AB). A nova classe média brasileira se tornou um ativo macroeconômico crucial para compensar a queda na exportação de nossos produtos como fruto da retração global. A principal característica da abordagem aqui utilizada é o seu nível de desagregação em quatro grupos de renda. De acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a proporção de pessoas na classe AB (renda familiar acima de R\$ 4.807) cresce seis milhões de pessoas entre 2003 e 2008 atingindo então 19,4 milhões de pessoas.

Já a classe C, atingia 37,56% da população brasileira, em 2003, passa a 49,22%, em 2008, ou 91 milhões de brasileiros que tem renda acima de R\$ 1.115 até R\$ 4.807 mensais. Este crescimento acumulado de 31% no período de cinco anos, traduzido em termos de população, equivale a dizer que 25,9 milhões de brasileiros

que não eram, passam a ser da classe C nos últimos cinco anos. A classe C torna-se dominante no sentido populacional não só incluindo o eleitor mediano, aquele que decide eleições, mas poderia se fosse unânime decidir sozinha uma eleição majoritária. A classe C passa a ser a classe dominante no sentido econômico — 47% da renda contra 44% da classe AB.

A proporção de pessoas na classe D é 24,35%, em 2008, atingindo 45,3 milhões de brasileiros com rendas compreendidas no estreito intervalo entre R\$ 768 e R\$ 1.115 (o limite da classe C). Em termos de movimento, houve redução de 1,5 milhões de pessoas da classe D nos últimos cinco anos. Por fim, a classe E que é grupo de renda familiar mais baixa (até R\$ 768 mensais), equivalente a pobreza. Desde o fim da recessão de 2003 a pobreza caiu 43%, com cerca de 19,4 milhões de pessoas cruzando a linha de miséria. Como resultado disso, temos 29,9 milhões de miseráveis (16,02% da população) que seriam quase 50 milhões de pessoas se a miséria não tivesse caído no último quinquênio.

Em suma, entre 2003 e 2008, 32 milhões de pessoas, ou meia França, ascenderam às classes A, B e C, sendo 6,7 milhões só no ano passado. Também no mesmo período, houve uma redução de 43,03% da pobreza — corresponde à saída de 19,3 milhões de pessoas da miséria. Neste tempo, a taxa de cresci-

mento de renda é decrescente à medida que caminhamos ao topo da distribuição, indo dos 58,8% real *per capita* dos 10% mais pobres, aos 21,11% dos 10% mais ricos.

### Renda

A outra questão é saber o que mudou? Qual a parcela de renda cresceu mais, antes ou fruto da crise e das ações contra ela: trabalho, bolsa família, aposentadoria ou nenhuma das alternativas acima? Neste período de *boom* a renda média de todas as fontes cresceu 5,26% ao ano, contra 5,13% da renda do trabalho. Os resultados apontam que embora tenha havido aumento forte da renda derivada de programas sociais e aposentadorias ligadas ao mínimo, à parcela devida ao trabalho fica próxima ao expressivo crescimento de renda desta fase de *boom*.

No período de 2003 até 2008 notamos que duplicou a parcela da renda associada a programas sociais, tais como o Bolsa-Família na classe E, que corresponde aos pobres pela linha média nacional do Centro de Políticas Sociais (CPS) — note que após os reajustes anunciados recentemente do novo critério de entrada no Bolsa-Família, a parcela destes programas nas respectivas rendas aumentou de 4,9% para 16,3%. A análise da participação de diferentes tipos de renda por classe econômica

## Entre 2003 e 2008, o índice do consumidor aumentou 15% contra 28,6% do produtor: o brasileiro está virando menos cigarra e mais formiga

pode ser útil para auferir os impactos prospectivos de diferentes instrumentos de política pública sobre a distribuição de renda, tais como as medidas adotadas no bojo da crise externa iniciada em setembro de 2008. Senão vejamos: aumentos do Bolsa-Família e de outros programas não previdenciários tendem a beneficiar predominantemente a classe E que tem 16,25% de seus proventos desta modalidade de renda.

É interessante separar a renda de benefícios previdenciários em rendimentos individuais percebidos até um salário mínimo e benefícios acima deste piso, pois a diferenciação de reajustes destas faixas foi a tônica desde

# O voo brasileiro parece mais sustentável do que as ideias daqueles que veem o Brasil e o Nordeste, em particular, como economias sem produção

1998. O maior beneficiário de reajuste do piso previdenciário é a classe D, com 12,66% das rendas vinculadas ao piso. Finalmente, o reajuste de pensões e aposentadorias acima deste piso beneficia acima de tudo a classe AB com 18,94% de seus proventos associados a esta fonte. Esta medida está em debate hoje para ser implementada.

Complementarmente, traduzimos a riqueza de dados pnadianos sobre estoques de ativos, agrupados sob estas duas perspectivas, a do consumidor e a do produtor, o que nos termos da fábula de La Fontaine permitiria separar os lados cigarras e formigas dos filhos deste solo. A pesquisa [www.fgv.br/cps/fc](http://www.fgv.br/cps/fc) cria dois índices sintéticos. O

primeiro de potencial de consumo baseado em acesso a bens duráveis, a serviços públicos e moradia e o segundo sobre o lado do produtor, onde identificamos o potencial de geração de renda familiar de forma a captar a sustentabilidade das rendas percebidas através de inserção produtiva e nível educacional de diferentes membros do domicílio, investimentos em capital físico (previdência pública e privada e uso de tecnologia de informação e comunicação), capital social (sindicatos e estrutura familiar) e capital humano (frequência dos filhos em escolas públicas e privadas), etc.

A nossa surpresa é que para o índice do consumidor aumentou 14,98% entre 2003 e 2008, contra 28,62% do índice do produtor. Ou seja, o brasileiro pode ser na foto ainda mais cigarra do que formiga, mas estamos sofrendo gradual metamorfose em direção às formigas. Este ponto pode variar muito de lugar para lugar, dos aparentes formigueiros paulistas até as esperadas cigarras do sertão nordestino. O que nos leva à dimensão espacial da análise.

## Indagações

Por fim, onde mudou? Em que regiões, sejam macrorregiões, estados, capitais, tipos de cidades, a economia doméstica avançou e onde regrediu? E a geografia da pobreza, mudou? Mudou por quê? Se olharmos

para o Nordeste, o ganho de renda do trabalho *per capita* real médio do período 2003 a 2008 foi de 7,3% ao ano, o que contraria a ideia de que o aumento de renda do brasileiro em geral e do nordestino em particular deve-se apenas ao “assistencialismo oficial”.

A PNAD permite captar a evolução de diversos aspectos da sociedade brasileira ao longo do tempo, bem como analisar a sua distribuição entre diferentes grupos definidos por renda, características sociodemográficas ou espaciais. Agora, a PNAD não permite dar uma noção das diferenças tupiniquins frente a de outros países. Complementarmente, a PNAD é antes e acima de tudo uma pesquisa que fornece medidas de variáveis objetivas tal como informadas pelas pessoas. Se quisermos realmente conhecer as particularidades brasileiras vis-à-vis a de outras nações, temos de olhar para dados internacionais.

Medidas subjetivas de condições de vida, tais como as exploradas na literatura emergente de felicidade ainda não faz parte da tradição do IBGE. A partir do processamento de microdados internacionais de 132 países, contrastamos as particularidades do brasileiro em relação ao presente e ao futuro, seu e do país. O brasileiro acredita que será o sujeito mais feliz do mundo daqui a cinco anos. A pergunta para 132 países do mundo: “Dá uma nota de 0 a

10: onde você espera estar daqui a cinco anos?”. Nenhum país ganha do Brasil — nossa média é 8,78 acompanhado da Dinamarca, Irlanda e Jamaica. A lanterna fica para o Zimbábue com 2,79 de felicidade futura. E essa mesma pesquisa, quando pede para os brasileiros darem uma nota para o país daqui a cinco anos, a nota média é 6,84, bem abaixo da Irlanda com 8,14, mas acima de Zimbábue com 2,79. Somos número 43 em 128 países do ranking mundial. O resultado é que somos nono em 128 países em dissonância. Como é que pode um país ser tão bom pra cada um, e não ser um país bom pra todos?

Esta dissonância também pode ser explicada nos termos da Fábula de La Fontaine: somos mais cigarras do que formigas, esperando um futuro melhor. Mas, ao contrário das formigas,

não somos os melhores seres para viver em coletividade. As altas taxas de inflação, desigualdade e criminalidade históricas tupiniquins refletem esta característica. No entanto, a boa notícia é que estamos melhorando. Mas tal como na fábula, função do otimismo e individualismo talvez não nos preparemos para o futuro enquanto nação. Por outro lado, a companhia que desfrutamos no ranking de dissonância são de países relativamente desenvolvidos tais como França, Holanda, Reino Unido, Estados Unidos, Itália, Costa Rica, Alemanha e Suécia.

Mesmo que a crise iniciada em setembro de 2008 não estivesse no radar dos entrevistados da pesquisa feita em 2006, o resultado dos brasileiros acaba revelando alguma sabedoria antes dos fatos hoje conhecidos. O Cristo Redentor, um ícone do

## A classe C pode decidir sozinha as eleições majoritárias como também passa a ser a classe dominante no sentido econômico

Brasil no mundo, especialmente após a escolha das novas sete maravilhas do mundo e da escolha do Rio como sede das Olimpíadas de 2016, não nos deixa esquecer a máxima de que “Deus é brasileiro”, ou do “brasileiro, profissão esperança”. A recente capa da revista *The Economist* com o Cristo Redentor decolando como um foguete, sugere o que os brasileiros já esperavam desde 2006. O que os dados aqui sugerem é que pela crescente renda corrente do trabalho e pelo incremento da capacidade de geração de renda, este voo parece mais sustentável do que as ideias daqueles que veem o Brasil e o Nordeste, em particular, como economias sem produção. ▣

País	ind.-país	País	ind.-país	País	ind.-país
37 Nova Zelândia	6,98	1 Brasil	8,78	1 Porto Rico	3,45
38 Canadá	6,97	2 Venezuela	8,52	2 Trínidad & Tobago	2,82
39 Kuwait	6,96	3 Dinamarca	8,51	3 Jamaica	2,58
40 Benin	6,90	4 Irlanda	8,32	4 Honduras	2,46
41 Colômbia	6,86	5 Jamaica	8,25	5 França	2,36
42 Burundi	6,86	6 Estados Unidos	8,14	6 Noruega	2,13
43 Brasil	6,84	7 Canadá	8,14	7 Reino Unido	2,06
44 Tailândia	6,84	8 Nova Zelândia	8,14	8 Estados Unidos	2,01
45 Bolívia	6,83	9 Austrália	8,06	9 Brasil	1,94
46 Kosovo	6,74	10 Panamá	8,05	10 Itália	1,79
47 Suíça	6,72	11 Israel	8,03	11 Costa Rica	1,77
48 Uruguai	6,71	12 Bélgica	7,98	12 Alemanha	1,75
49 Zâmbia	6,62	13 Suécia	7,97	13 Suécia	1,69
50 Nepal	6,62	14 Colômbia	7,97	14 Bélgica	1,58
51 Estônia	6,61	15 Noruega	7,94	15 Austrália	1,57
52 Tanzânia	6,56	16 Emirados Árabes Unidos	7,94	16 Israel	1,56
53 Nigéria	6,54	17 Nigéria	7,89	17 Polónia	1,49
54 Sri Lanka	6,52	18 Finlândia	7,86	18 El Salvador	1,49
55 Afeganistão	6,51	19 Costa Rica	7,82	19 Guatemala	1,44
56 Togo	6,50	20 Suíça	7,82	20 Etiópia	1,33

Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados GALLUP 2006

Marcelo Neri é Economista-Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE e da EPGE/FGV (mcneri@fgv.br)